

Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 2026.07.27.002



Unidade responsável
Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Chorozinho



Data
30/07/2026



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente instrumento tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de serviços especializados no fornecimento de sistema de telefonia digital VoIP (Voice over Internet Protocol), visando atender às necessidades da Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de Chorozinho/CE.

A referida contratação justifica-se pela necessidade de modernização e manutenção da infraestrutura de comunicação da Unidade dos Correios, garantindo a disponibilidade de um sistema de telefonia digital eficiente, estável e confiável, indispensável ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da unidade, bem como à comunicação com órgãos públicos, instituições parceiras e cidadãos usuários dos serviços postais.

As atividades desenvolvidas pela Unidade dos Correios demandam sistema de comunicação contínuo e de elevada disponibilidade, uma vez que o atendimento ao público e a execução dos serviços administrativos dependem da realização e do recebimento de chamadas telefônicas para fornecimento de informações, acompanhamento de serviços postais, comunicação institucional e suporte às atividades desenvolvidas diariamente.

Nesse contexto, a utilização de tecnologia VoIP representa solução moderna e economicamente vantajosa, proporcionando maior qualidade nas comunicações, gerenciamento eficiente dos serviços de telefonia, redução de custos operacionais e maior flexibilidade na administração da infraestrutura de telecomunicações.



A ausência de sistema adequado de telefonia compromete diretamente:

- A comunicação entre a Unidade dos Correios e os usuários dos serviços públicos;
- O atendimento eficiente às demandas da população;
- A integração com os demais setores da Administração Municipal e instituições parceiras;
- A continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade;
- A eficiência na prestação dos serviços públicos disponibilizados aos cidadãos.

Cumprе destacar que os serviços de telefonia possuem natureza contínua e essencial, sendo indispensáveis ao funcionamento regular da Unidade dos Correios, exigindo disponibilidade permanente, estabilidade operacional, suporte técnico especializado e manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário.

Ademais, a Administração Municipal não dispõe de infraestrutura tecnológica própria, equipamentos específicos ou equipe técnica especializada para implantação, configuração, gerenciamento e manutenção de sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP, tornando necessária a contratação de empresa especializada, com comprovada capacidade técnica e operacional para fornecimento da solução.

Dessa forma, a contratação pretendida visa:

- Modernizar a infraestrutura de telefonia da Unidade dos Correios;
- Garantir comunicação eficiente, segura e contínua entre a unidade, a população e os demais órgãos públicos;
- Melhorar a qualidade e a disponibilidade dos serviços de telecomunicações;
- Reduzir custos operacionais mediante utilização de tecnologia VoIP;
- Disponibilizar suporte técnico especializado e manutenção contínua da solução;
- Assegurar maior eficiência administrativa e melhor atendimento ao público;
- Promover a adequada aplicação dos recursos públicos mediante utilização de solução tecnológica moderna, confiável e economicamente vantajosa.

A presente demanda encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Unidade dos Correios e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população do Município de Chorozinho/CE.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Administracao	LARA MAYARA SILVA COSTA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação objetiva atender à demanda essencial de implantação de um



A presente contratação objetiva atender a demanda essencial de implantação de um sistema de telefonia digital VoIP, destinada a assegurar a continuidade e eficiência das comunicações na unidade dos Correios, integrada à Secretaria de Administração do Município de ChoroZinho/CE. A utilização da tecnologia VoIP não apenas otimiza a gestão das comunicações com funcionalidades avançadas, mas também reduz os custos operacionais, promovendo uma oferta de serviços mais ágil e segura aos cidadãos. Este sistema é vital para manter a comunicação eficaz entre a unidade dos Correios, a Administração Pública e a população local, em alinhamento com os princípios de economia e continuidade do serviço público, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho incluem a garantia de confiabilidade nas chamadas e a adoção de funcionalidades que respeitem métricas objetivas de qualidade, como alta disponibilidade de serviço, capacidade para suportar o volume de chamadas previsto e protocolo de segurança robusto para salvaguarda de dados. Apesar da não adoção do catálogo eletrônico de padronização, tendo em vista a especificidade da necessidade apresentada, os requisitos técnicos foram estabelecidos com base na compatibilidade e funcionalidade do sistema pretendido, assegurando a oferta de serviços de comunicações ininterruptas e de qualidade elevada.

Embora a indicação de marcas ou modelos específicos deva ser evitada para garantir a competitividade, a seleção dos fornecedores estará embasada na capacidade deles em atender aos requisitos técnicos delineados, entre os quais se incluem compatibilidade com sistemas existentes, facilidade de integração e suporte técnico efetivo, fundamentais para suprir as exigências operacionais referenciadas. O objeto não se classifica como um bem de luxo, sendo a contratação alicerçada nas características técnicas essenciais, em conformidade com as diretrizes do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818/2021, focalizando em parâmetros que conciliem aspectos técnicos e econômicos adequados.

Para a execução eficiente da contratação e eficiência administrativa, a proposta inclui a exigência de amostra ou prova de conceito predefinida e suportada por garantia ou suporte técnico, de modo a evitar onerosidade na implementação e assegurar a eficácia da aplicação contratada. Critérios de sustentabilidade são considerados na medida da aplicabilidade tecnológica, favorecendo menor geração de resíduos e quase inexistente impacto ambiental no uso diário dos recursos VoIP.

Os requisitos definidos seguirão como orientação fundamental para o levantamento de mercado subsequente, intencionando discernir a capacidade dos fornecedores em proporcionar soluções que satisfaçam os critérios técnicos e operacionais essenciais sem restringir indevidamente o campo competitivo. Portanto, a definição dos referidos critérios está comprometida com a necessidade delineada no DFD, mantendo-se em estrito alinhamento aos artigos 5º e 18 da Lei nº 14.133/2021, e norteará tecnicamente o processo para assegurar a escolha da solução mais vantajosa.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO



O levantamento de mercado, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, constitui etapa essencial para o adequado planejamento da contratação, visando identificar soluções disponíveis, prevenir práticas antieconômicas e assegurar a seleção da alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 do referido diploma legal.

No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação se caracteriza como serviço comum, consistente no fornecimento de sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), destinado ao atendimento das necessidades da Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de ChoroZinho/CE, compreendendo a disponibilização da solução tecnológica, sua implantação, configuração, suporte técnico e manutenção, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Para a realização do levantamento de mercado, foram utilizadas múltiplas fontes de pesquisa, garantindo maior confiabilidade e aderência aos preços praticados no setor, dentre as quais destacam-se:

- Consultas diretas a empresas especializadas em soluções de telefonia digital, comunicações corporativas e tecnologia VoIP, evidenciando ampla concorrência, diversidade de fornecedores e capacidade técnica compatível com as necessidades da Administração;
- Análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente municípios de porte equivalente, permitindo identificar modelos de contratação, soluções tecnológicas adotadas e valores praticados;
- Consulta a sistemas oficiais de referência de preços, como o Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais bases oficiais disponíveis, possibilitando aferição de parâmetros atualizados e compatíveis com o mercado.

A pesquisa evidenciou que os sistemas de telefonia digital em tecnologia VoIP possuem ampla disponibilidade no mercado, sendo ofertados por diversas empresas especializadas, capazes de fornecer soluções completas de comunicação corporativa, incluindo implantação, configuração, suporte técnico, manutenção e atualização tecnológica, favorecendo a competitividade e viabilizando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Do ponto de vista tecnológico e da inovação, observou-se a crescente adoção de soluções baseadas em tecnologia IP, destacando-se:

- Plataformas digitais para gerenciamento centralizado dos serviços de telefonia;
- Comunicação por tecnologia VoIP, proporcionando redução dos custos com ligações telefônicas e maior eficiência operacional;
- Sistemas com elevada disponibilidade, estabilidade e qualidade nas comunicações;
- Recursos avançados de gerenciamento, monitoramento, relatórios e administração dos serviços;
- Suporte técnico especializado e manutenção contínua, assegurando o pleno



funcionamento da solução.

A análise comparativa das alternativas disponíveis considerou critérios técnicos, econômicos e operacionais, destacando-se:

- Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e manutenção da solução de telefonia digital VoIP;
- Implantação e gerenciamento de infraestrutura própria pela Administração Municipal.

A hipótese de execução direta foi afastada em razão da inexistência de infraestrutura tecnológica adequada, equipamentos específicos, softwares especializados e equipe técnica capacitada para implantação, gerenciamento, atualização e manutenção de sistema de telefonia digital no âmbito da Unidade dos Correios.

Por sua vez, a contratação de empresa especializada mostrou-se a alternativa mais vantajosa, considerando:

- Maior eficiência operacional na prestação dos serviços de telefonia;
- Redução dos custos com aquisição, atualização e manutenção de infraestrutura própria;
- Disponibilidade imediata de tecnologia atualizada e suporte técnico especializado;
- Maior confiabilidade e estabilidade dos serviços de comunicação;
- Agilidade na implantação, manutenção e resolução de eventuais falhas;
- Melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

Ademais, considerando que os serviços de telefonia constituem atividade essencial ao funcionamento da Unidade dos Correios, a contratação de solução especializada proporciona maior continuidade dos serviços públicos, melhoria da comunicação institucional e otimização da gestão administrativa, assegurando atendimento eficiente às demandas operacionais da unidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema de telefonia digital VoIP representa a solução mais adequada, garantindo economicidade, eficiência, modernização tecnológica e alinhamento ao interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a pesquisa de preços acostada aos autos do processo administrativo, a despesa será estimada no valor total de R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais) à conta da dotação orçamentária 0401.04.122.0059.2.009 – Gerenciamento da Secretaria de Administração, no elemento de despesa 33903993 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais)

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o



fornecimento de sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), destinado ao atendimento das necessidades da Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de ChoroZinho/CE, visando assegurar uma infraestrutura moderna, eficiente e confiável para a prestação dos serviços de comunicação institucional.

A contratação compreende o fornecimento de solução integrada de telefonia digital, incluindo a disponibilização da plataforma tecnológica, implantação, configuração, ativação, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência.

A solução contempla, de forma integrada:

- Implantação e configuração do sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP;
- Disponibilização de plataforma para gerenciamento e administração dos serviços de telefonia;
- Configuração dos ramais e dos recursos necessários ao funcionamento da Unidade dos Correios;
- Prestação de suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;
- Monitoramento do funcionamento da solução, com atendimento às ocorrências técnicas e adoção de medidas corretivas sempre que necessário;
- Atualização tecnológica da solução, garantindo seu adequado desempenho, disponibilidade e segurança operacional.

A adoção dessa solução é indispensável para assegurar:

- A modernização da infraestrutura de telecomunicações da Unidade dos Correios;
- A continuidade e estabilidade dos serviços de comunicação utilizados no atendimento ao público e nas atividades administrativas;
- A melhoria da comunicação entre a Unidade dos Correios, a Secretaria de Administração, demais órgãos públicos e usuários dos serviços;
- A otimização dos processos administrativos por meio da utilização de tecnologia digital;
- A redução dos custos operacionais com serviços de telefonia, em comparação aos sistemas convencionais.

Considerando que a Administração Municipal não dispõe de infraestrutura tecnológica, equipamentos específicos ou equipe técnica especializada para implantação, gerenciamento e manutenção de sistema próprio de telefonia digital, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa tecnicamente mais viável e economicamente mais vantajosa.

Adicionalmente, em razão da natureza contínua dos serviços de comunicação, a solução permite maior eficiência operacional, elevada disponibilidade do sistema, rapidez na solução de eventuais falhas e suporte técnico permanente, garantindo o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pela Unidade dos Correios.

A escolha da solução encontra respaldo no levantamento de mercado realizado, que



evidenciou a existência de ampla oferta de empresas especializadas no fornecimento de sistemas de telefonia digital VoIP, aptas a executar o objeto com qualidade técnica, confiabilidade, segurança e condições competitivas.

A contratação deverá observar o devido procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).	12,000	Mês
2	TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).	12,000	Mês

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).	12,000	Mês	129,00	1.548,00
2	TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).	12,000	Mês	129,00	1.548,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto, conforme previsto no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, visa a ampliação da competitividade, um dos objetivos primordiais do processo licitatório (art. 11). Essa técnica deve ser promovida sempre que viável e vantajosa para a Administração, sendo obrigatória sua análise no ETP (art. 18, §2º). Neste contexto específico, a divisão por itens, lotes ou etapas do sistema de telefonia digital VoIP está sob consideração, tendo como premissas a eficiência e a economicidade mencionadas no art. 5º.

A viabilidade de parcelamento do sistema de telefonia VoIP está em análise, considerando a possibilidade técnica de divisão por itens ou etapas específicas do serviço. A pesquisa de mercado realizada indica a existência de fornecedores especializados para diferentes componentes do sistema, possibilitando uma potencial maior competitividade no processo licitatório, em cumprimento ao que é estabelecido pelo art. 11. Essa fragmentação pode facilitar o aproveitamento do mercado local e



trazer consigo ganhos logísticos, conforme demonstrado na análise mercadológica e prática operativa atual da Administração.

Apesar da viabilidade de parcelamento, a execução integral da contratação é considerada preferível. A consolidação em um único contrato pode oferecer vantagens significativas de economia de escala e uma gestão contratual mais eficaz (art. 40, §3º, inciso I), além de assegurar a funcionalidade contínua do sistema, cujo caráter integrado é vital (inciso II). Adicionalmente, a abordagem consolidada pode responder melhor à padronização e evitar problemas de exclusividade de fornecedores (inciso III). Como resultado, esta alternativa garante menor risco à integridade técnica e facilita a gestão de responsabilidade.

No que diz respeito à gestão e fiscalização, a execução consolidada revela-se vantajosa. Simplifica a administração do contrato e resguarda a responsabilidade técnica da execução. Embora o parcelamento pudesse permitir um acompanhamento mais próximo de entregas descentralizadas, isso tenderia a aumentar a complexidade administrativa e exigir um maior grau de fiscalização, o que poderia sobrecarregar a capacidade institucional. Assim, a abordagem consolidada se alinha melhor aos princípios de eficiência delineados no art. 5º.

Em conclusão, a recomendação técnica é pela execução integral da contratação do sistema de telefonia digital VoIP, alinhando-se aos objetivos estratégicos da Administração delineados na 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', e promovendo economicidade e competitividade, conforme preceitua os arts. 5º e 11. A consideração pelo art. 40 ressalta ainda que esta escolha atende integralmente aos critérios de planejamento e necessidade pública estabelecidos.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação encontra-se prevista no PCA, como despesa regular e planejada para o exercício de 2026.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício de 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 23555279000175-0-000002/2026

Data de publicação no PNCP: 27/02/2026

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) tem como finalidade alcançar os seguintes resultados institucionais no âmbito da Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de Chorozinho/CE:

1. Modernização da Infraestrutura de Comunicação



Assegurar a implantação de uma solução de telefonia digital moderna, eficiente e confiável, capaz de atender às necessidades operacionais da Unidade dos Correios e proporcionar maior qualidade na comunicação institucional.

Resultados esperados:

- Modernização da infraestrutura de telecomunicações da unidade;
- Melhoria da qualidade das comunicações internas e externas;
- Maior disponibilidade e estabilidade dos serviços de telefonia;
- Fortalecimento da comunicação entre a Unidade dos Correios, a Administração Municipal e os usuários dos serviços.

2. Atendimento Tempestivo das Demandas

Garantir a disponibilidade contínua dos serviços de telefonia e suporte técnico, assegurando o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas da Unidade dos Correios.

Espera-se:

- Redução do tempo de indisponibilidade dos serviços de telefonia;
- Atendimento ágil às solicitações de suporte técnico;
- Rapidez na identificação e correção de falhas técnicas;
- Minimização de prejuízos operacionais decorrentes de interrupções dos serviços.

Indicador:

- Cumprimento dos prazos de atendimento e restabelecimento dos serviços previstos contratualmente.

3. Qualidade, Estabilidade e Segurança da Solução

Garantir elevado padrão de qualidade na prestação dos serviços de telefonia digital, assegurando comunicações estáveis, seguras e adequadas às necessidades da Administração.

Objetivos:

- Assegurar elevada qualidade nas chamadas telefônicas;
- Garantir estabilidade e disponibilidade da solução tecnológica;
- Disponibilizar ambiente seguro para gerenciamento dos serviços;
- Promover confiabilidade operacional da infraestrutura de comunicação.

4. Eficiência na Gestão Contratual

Com a contratação de solução integrada:

- Facilita-se o acompanhamento da execução contratual;
- Centraliza-se a gestão dos serviços de telefonia;
- Melhora-se o controle operacional da infraestrutura de comunicação;
- Otimiza-se a administração dos recursos de telecomunicações;
- Simplifica-se a fiscalização da prestação dos serviços.

5. Forma de Execução e Aferição

A execução dos serviços ocorrerá conforme cronograma de implantação e operação definido pela Administração, compreendendo a instalação, configuração, ativação do sistema de telefonia digital e prestação contínua dos serviços de suporte técnico e manutenção.

Forma de aferição:

1. Verificação da implantação da solução conforme especificações contratuais;
2. Conferência do funcionamento integral do sistema de telefonia;
3. Avaliação da qualidade dos serviços prestados;
4. Registro dos atendimentos técnicos realizados;
5. Atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

6. Cumprimento dos Prazos de Implantação e Atendimento

Indicador: Tempo de implantação da solução e de atendimento às ocorrências técnicas.

- Implantação do sistema conforme cronograma contratual;
- Atendimento às solicitações técnicas dentro dos prazos estabelecidos;
- Restabelecimento dos serviços em tempo compatível com a criticidade das ocorrências.

Objetivos:

- Garantir continuidade das comunicações da Unidade dos Correios;
- Evitar interrupções nas atividades administrativas e no atendimento ao público;
- Assegurar elevada disponibilidade da solução tecnológica.

7. Instrumentos de Controle e Monitoramento

Para acompanhamento da execução contratual deverão ser utilizados os seguintes mecanismos:

1. Relatórios de implantação e funcionamento do sistema;
2. Relatórios de suporte técnico e manutenção;
3. Controle dos chamados técnicos e respectivos tempos de atendimento;
4. Monitoramento da disponibilidade dos serviços de telefonia;



5. Fiscalização do cumprimento dos níveis mínimos de desempenho previstos no contrato;
6. Registro das manutenções preventivas e corretivas executadas.

8. Atendimento ao Interesse Público

A contratação visa fortalecer a infraestrutura tecnológica da Unidade dos Correios, proporcionando maior eficiência administrativa, melhoria da comunicação institucional e continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Impactos esperados:

- Maior eficiência na comunicação entre a Unidade dos Correios e os cidadãos;
- Melhoria da qualidade do atendimento ao público;
- Maior integração entre a Unidade dos Correios e os demais órgãos da Administração Municipal;
- Redução dos custos operacionais com serviços de telefonia;
- Modernização da gestão administrativa por meio da utilização de tecnologia digital;
- Maior continuidade, eficiência e confiabilidade dos serviços públicos.

Conclusão

Os resultados pretendidos convergem para a modernização da infraestrutura de telecomunicações da Unidade dos Correios, promovendo maior eficiência administrativa, qualidade das comunicações, continuidade dos serviços públicos e racionalização dos recursos empregados. A contratação contribuirá para o aprimoramento da gestão da Secretaria de Administração, assegurando uma solução tecnológica moderna, segura e economicamente vantajosa, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de resultados pretendidos, mitigando riscos e promovendo o interesse público (art. 5º), com base na descrição da necessidade da contratação. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado, como, por exemplo, a instalação de infraestrutura e a adequação de espaço físico, serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado,



especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT (NBR 14724:2011), destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato (art. 116) será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento, por exemplo, no uso de ferramentas, boas práticas, assegurará os resultados previstos (art. 11), segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT (NBR 14724:2011). Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente (art. 5º), alinhadas a resultados pretendidos, sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto, como no caso de objeto simples que dispensa ajustes prévios.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços (SRP) destina-se às contratações em que haja necessidade de aquisições ou prestações de serviços frequentes, fornecimento parcelado ou incerteza quanto aos quantitativos a serem demandados ao longo da vigência contratual.

Entretanto, no caso concreto, opta-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando as particularidades da presente contratação, que consiste na contratação de serviços especializados no fornecimento de sistema de telefonia digital em tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), destinado ao atendimento das necessidades da Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de ChoroZinho/CE.

Inicialmente, destaca-se que a Administração realizou levantamento prévio e planejamento detalhado de suas necessidades, sendo possível definir com razoável precisão as especificações técnicas da solução, os serviços a serem executados, os recursos tecnológicos necessários e o quantitativo de pontos de atendimento, afastando a característica de demanda futura incerta que justificaria a utilização do Sistema de Registro de Preços.

Ademais, a contratação possui escopo previamente delimitado, envolvendo o fornecimento de uma solução única e integrada de telefonia digital para atender especificamente à Unidade dos Correios, compreendendo implantação, configuração, disponibilização do sistema, suporte técnico e manutenção durante a vigência contratual, não havendo perspectiva de contratações futuras parceladas ou sucessivas



que justifiquem a formalização de uma Ata de Registro de Preços.

Outro aspecto relevante consiste no fato de que a adoção do Sistema de Registro de Preços, nesta hipótese, não proporcionaria ganhos significativos de eficiência administrativa ou economicidade, podendo, ao contrário:

- Tornar a gestão contratual mais complexa;
- Gerar risco de subutilização da Ata de Registro de Preços;
- Demandar maior estrutura administrativa para gerenciamento, controle e fiscalização da utilização da ata;
- Dificultar o gerenciamento de uma solução tecnológica integrada que exige implantação, configuração, suporte técnico contínuo e acompanhamento permanente da execução contratual.

Além disso, considerando que a solução será implantada para atender exclusivamente à infraestrutura de comunicação da Unidade dos Correios, com requisitos técnicos previamente definidos e execução contratual contínua durante período determinado, mostra-se mais adequado realizar procedimento licitatório específico, possibilitando a contratação integrada da solução tecnológica e assegurando maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

Importa ressaltar, ainda, que o objeto possui características padronizadas e ampla disponibilidade no mercado, sendo ofertado por diversas empresas especializadas em soluções de telefonia digital VoIP, circunstância que assegura ampla competitividade ao certame, independentemente da utilização do Sistema de Registro de Preços, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a não adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se devidamente motivada, por estar alinhada ao planejamento da Administração, às características específicas da contratação e aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação para o fornecimento de sistema de telefonia digital VOIP destinado à unidade dos Correios em Chorozinho/CE é analisada sob a ótica de sua viabilidade e vantajosidade, conforme estabelece o art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Esse exame se pauta em critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos, objetivando a máxima eficiência e economicidade da administração pública em consonância com os princípios do art. 5º. O objeto da contratação é caracterizado por uma natureza operacional contínua e de relativa simplicidade técnica, não exigindo, portanto, o somatório de especialidades ou capacidades técnicas complexas que justifiquem a formação de consórcios. Assim, a contratação através de fornecedor único parece mais consonante com a descrição da necessidade da contratação, minimizando complexidades inerentes à gestão e fiscalização que geralmente



acompanham a participação consorciada. Esse modelo de contratação singular favorece a economicidade ao evitar o acréscimo nos requisitos econômicos-financeiros, conforme previsto no art. 15, ao tempo em que garante agilidade e eficiência operacionais.

Além disso, embora a modalidade de consórcio possa representar benefícios em termos de capacidade financeira coletiva, o fornecimento de serviços de telefonia digital, em especial, apresenta-se de forma padronizada e continuada, fato que recomenda uma execução direta por um único contratado. Esta abordagem, além de resguardar a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes, também se alinha aos resultados pretendidos em termos de eficácia e eficiência na prestação do serviço público, conforme levantado no levantamento de mercado e demonstrado na demonstração de vantajosidade. Tomando por base essas considerações e atenta ao art. 18, §1º, inciso I, a administração pública tem elementos suficientes para optar pela vedação de consórcios, visto que tal decisão atende aos pressupostos de adequação e racionalidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Assim, a vedação da participação de consórcios é considerada mais adequada para garantir a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica do processo licitatório, alinhando-se às condições planejadas e aos objetivos do quadro de resultados pretendidos pela administração. Essa decisão fundamenta-se tecnicamente com base no Estudo Técnico Preliminar, observando os preceitos dos arts. 5º, 15 e 18, §1º, inciso I da legislação pertinente.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes é crucial para garantir um planejamento harmonioso e eficiente das contratações públicas, conforme previsto no art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021. Ao examinar contratações com objetos semelhantes ou complementares à solução proposta, a Administração Pública pode evitar sobreposições e desperdícios, aproveitando oportunidades de economia de escala e padronização, conforme destacado no art. 40, inciso V. Além disso, identificar contratações interdependentes possibilita alinhar os prazos e especificações, garantindo que todas as atividades ocorram sem interrupção, em consonância com os princípios de eficiência e economicidade destacados no art. 5º da mesma Lei.

Em relação à contratação do sistema de telefonia digital VoIP, a análise levou em consideração contratações passadas e atuais que detenham elementos capazes de impactar a execução e a eficácia do projeto atual. Nesse cenário, não foram identificadas contratações anteriores de sistemas de telecomunicações que possam ser consolidadas para gerar economia de escala ou padronização com a solução agora pretendida pela Unidade dos Correios de Chorozinho. A avaliação não detectou a necessidade de substituição de contratos vigentes nem ajustes de transição, validando a proposta de uma contratação independente das interações com outras demandas tecnológicas. Observando as propostas em andamento no setor, não se evidenciam necessidades de infraestruturas prévias ou serviços adicionais que condicionem ou completem a execução satisfatória do projeto de telecomunicações ora requerido.



Com base na análise conduzida, conclui-se que a contratação do sistema de telefonia digital VoIP se apresenta como uma iniciativa isolada, não demandando ajustes em quantitativos, requisitos técnicos ou modalidades de contratação vinculadas a outros processos. Não há interdependência operacional ou técnica com contratações correlatas, dispensando, portanto, modificações ou providências adicionais, conforme preceitua o §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Esta avaliação contribui para a seção 'Providências a Serem Adotadas', confirmando que a proposta atual atende aos princípios de planejamento estratégico sem a necessidade de ajustes provenientes de interrelações contratuais cometidas anteriormente ou em curso.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de serviços especializados no fornecimento de sistema de telefonia digital VoIP pode apresentar diversos impactos ambientais ao longo do seu ciclo de vida. Estes impactos incluem o consumo de energia elétrica para alimentação dos sistemas de comunicação, a potencial geração de resíduos eletrônicos oriundos de componentes utilizados na prestação do serviço, e a possível emissão de substâncias que afetam o meio ambiente durante a fabricação e a operação dos equipamentos. Conforme as diretrizes do art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, e fundamentando-se na 'Descrição da Necessidade da Contratação' e no 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade', há necessidade de planejar a contratação considerando os princípios de sustentabilidade e eficiência.

Especificamente, a redução do consumo energético pode ser alcançada mediante a adoção de equipamentos que possuam certificações de eficiência energética, como o selo Procel A, garantindo um uso otimizado dos recursos elétricos. A logística reversa deve ser aplicada a fim de permitir o adequado descarte e a reciclagem de equipamentos obsoletos ou desgastados, especialmente aqueles que constituem fontes significativas de resíduos eletrônicos. Adicionalmente, é essencial considerar insumos biodegradáveis e práticas que minimizem o uso intensivo de recursos não renováveis, assegurando que a operação dos serviços de telefonia VoIP seja realizada da maneira mais sustentável possível, como apontado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

A implementação dessas medidas permitirá atingir um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental dos serviços contratados. Assim, além de garantir a adesão às obrigações legais, contribuirá para a redução de possíveis impactos ambientais, promovendo a eficiência no uso de recursos e o cumprimento dos objetivos de planejamento sustentável. Estas ações são **essenciais** para o sucesso da contratação, maximizando a eficiência dos recursos e assegurando a obtenção dos 'Resultados Pretendidos'. Por fim, a ausência de impactos significativos deverá ser respaldada por avaliações técnicas apropriadas, garantindo a competitividade sem comprometer o compromisso com a sustentabilidade.



16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços especializados no fornecimento de sistema de telefonia digital VoIP para a Unidade dos Correios, vinculada à Secretaria de Administração do Município de ChoroZinho/CE, é considerada viável e vantajosa, atendendo plenamente às necessidades operacionais e administrativas da entidade. Fundamentado nas análises técnicas, econômicas e legais conduzidas durante o estudo técnico preliminar, esta contratação se alinha com os princípios da eficiência e do interesse público estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, promovendo uma solução econômica e eficaz para a continuidade e aprimoramento dos serviços de comunicação.

A solução proposta foi embasada por uma pesquisa de mercado robusta, que aponta para um cenário favorável à implementação do sistema VoIP, levando em consideração práticas contemporâneas e tecnologias emergentes que oferecem melhor custo-benefício. Os dados levantados confirmam a compatibilidade da contratação com o planejamento estratégico do Município, conforme orienta o art. 40 da referida Lei, assegurando alinhamento com o Plano de Contratação Anual 2026, identificado sob PCA 23555279000175-0-000002/2026.

Do ponto de vista econômico, a estimativa de valor da contratação foi comparada com precedentes do mercado, evidenciando-se a razoabilidade dos custos apontados, que refletem a potencial redução de despesas operacionais e aumento na qualidade dos serviços prestados, qualificando esta solução como indispensável para o atendimento das demandas atuais. A análise dos riscos e a adequação operacional foram consideradas satisfatórias, não havendo indicativos de sobrepreço ou exorbitâncias, conforme está em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Em síntese, recomenda-se a realização da contratação com base nas justificativas consolidadas neste documento, as quais demonstram a viabilidade e a capacidade da referida solução em atender com eficiência as necessidades operacionais da Unidade dos Correios. Este posicionamento deve ser incorporado ao processo de contratação como base para decisão da autoridade competente, orientando a elaboração do Termo de Referência, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, e o art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021. A continuidade do procedimento licitatório é proposta, não havendo necessidade de replanejamento ou ações corretivas neste momento.



Chorozinho / CE, 30 de julho de 2026

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

IGOR DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE

assinado eletronicamente

MIKAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
MEMBRO

assinado eletronicamente

MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTIDADE DA ASSINATURA
DATA: 30/07/2026
AVANÇADA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2026.08.04.085-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.07.27.002

A(O) Secretaria de Administração, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Lote, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DADOS DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão de julgamento das propostas:

07 de agosto de 2026

Link:

<https://compras.m2atecnologia.com.br/>

Horário de julgamento das propostas:

10:00 Hs

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Lote, conforme tabela constante abaixo.

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).	12.0	Mês
Especificação: TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).			
2	TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).	12.0	Mês
Especificação: TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).			



1.2.1. Havendo mais de um Lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

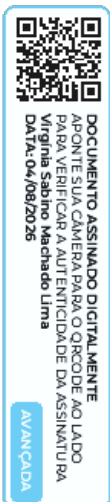
2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**



3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;



4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



5. HABILITAÇÃO

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

5.1.1. Habilitação Jurídica

a) cópia de documento oficial com foto e do Cadastro de Pessoa Física - CPF do Titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio (s), quando se tratar de sociedade;

b) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e aditivos em vigor, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

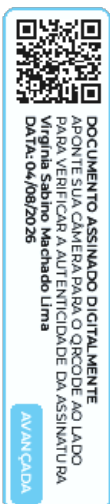
h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

5.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens, caso haja necessidade de realização de diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;



- c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
- c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar



se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

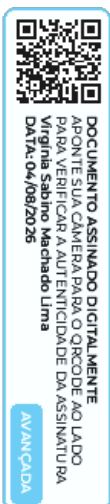
5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

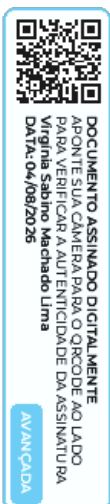
7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;



7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

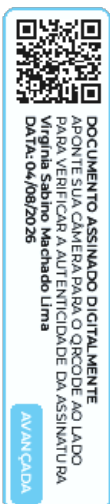
7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Secretaria de Administração e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <https://chorozinho.ce.gov.br/>.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

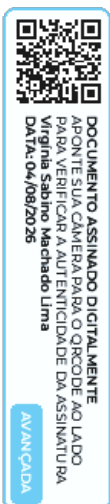
8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Chorozinho/CE, 04 de agosto de 2026

assinado eletronicamente

Virginia Sabino Machado Lima
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.08.04.085-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.07.27.002

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL VOIP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DOS CORREIOS, JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE.

1.2. A contratação será dividida em Lote(s), conforme tabela constante abaixo:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).	12.0	Mês
Especificação: TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).			
2	TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).	12.0	Mês
Especificação: TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).			

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL VOIP JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DA UNIDADE DOS CORREIOS, VINCULADA À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE. A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA VOIP POSSIBILITA A REALIZAÇÃO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS COM MAIOR CONFIABILIDADE, REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS, MELHOR GERENCIAMENTO DAS COMUNICAÇÕES E DISPONIBILIDADE DE FUNCIONALIDADES QUE CONTRIBUEM PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E AO

PÚBLICO. ALÉM DISSO, O SERVIÇO É INDISPENSÁVEL PARA MANTER A COMUNICAÇÃO ENTRE A UNIDADE DOS CORREIOS, OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A POPULAÇÃO, GARANTINDO MAIOR AGILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO É NECESSÁRIA PARA ASSEGURAR O PLENO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DOS CORREIOS, EVITANDO INTERRUPÇÕES NAS ATIVIDADES E GARANTINDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE E CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação. O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação

técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) Secretaria de Administração para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dezs) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) Secretaria de Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.

5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Secretaria de Administração, na classificação econômica 0401.04.122.0059.2.009 - Gerenciamento da Secretaria de Administração, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais); .

Chorozinho/CE, --

VIRGINIA SABINO MACHADO LIMA
RESPONSÁVEL

APROVO o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

VIRGINIA SABINO MACHADO LIMA
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.08.04.085-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.07.27.002

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
E

O(A) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) VIRGINIA SABINO MACHADO LIMA, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CPF/CNPJ, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026.07.27.002 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.08.04.085-DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL VOIP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DOS CORREIOS, JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).	12.0	Mês		
TELEFONIA FIXO VOIP-(INTERNO).					
2	TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).	12.0	Mês		
TELEFONIA FIXO VOIP-(EXTERNO).					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Secretaria de Administração, na classificação abaixo: 0401.04.122.0059.2.009 - Gerenciamento da Secretaria de Administração, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 3.096,00 (três mil e noventa e seis reais);

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2026.08.04.085-DL.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de dispensa eletrônica nº 2026.08.04.085-DL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.08.04.085-DL.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de ChoroZinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CHOROZINHO/CE, de..... de 20.....

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF Nº 23.555.279/0001-75
VIRGINIA SABINO MACHADO LIMA
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.